



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ESPECIAL DE POLÍCIA MARÍTIMA - NEPOM/DREX/SR/PF/SC

Decisão nº 31941740/2023-NEPOM/DREX/SR/PF/SC

Processo: 08490.005413/2023-12

Assunto: **Decisão Final** - AIN 1310_00018_2023

1. Trata-se de Auto de Infração e Notificação nº 1310_00018_2023, lavrado no dia 17 de setembro de 2023, que aplicou multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao armador BAHRI SA, no ato representado por FRIENDSHIP SERVIÇOS PORTUÁRIOS, inscrita no CNPJ 32.183.813/0001-50, por ter transportado para o Brasil, a bordo do navio ALJAZI, tripulantes que estavam sem documentação migratória regular, conforme disposto no Art. 109, V, da Lei 13.445/2017.
2. Lavrado o Auto de Infração e Notificação, sem apresentação de defesa, foi proferida decisão homologatória da sanção aplicada e aberto prazo para apresentação de recurso, conforme disposto no Art. 309, § 8º do Decreto 9.199/2017 c/c Art. 8º, da IN 198 DG/PF.
3. Não houve apresentação de recurso contra a Decisão Administrativa Homologatória da multa aplicada.
4. Ante o exposto, por considerar ato perfeito a aplicação da multa em questão, de forma final e definitiva MANTENHO a penalidade na forma imposta, devendo ser notificado o armador através de seu representante legal acerca da presente decisão.
5. Tendo em vista que a multa aplicada fora integralmente paga, conforme Recibo de Pagamento de GRU em anexo, dispenso o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
6. Encaminho a decisão para publicação no sítio eletrônico da Polícia Federal e para o endereço eletrônico friendship@fship.com.br da agência marítima FRIENDSHIP SERVIÇOS PORTUÁRIOS, conforme disposto no Art. 309 do Decreto 9.199/2017 c/c Art. 9º da IN 198 DG/PF.
7. Após a publicação, determino o encerramento e arquivamento do presente processo.

REYNALDO MALAFAIA NETO
Agente de Polícia Federal
Chefe do NEPOM/DREX/SR/PF/SC



Documento assinado eletronicamente por **REYNALDO MALAFAIA NETO**, Agente de Polícia Federal, em 18/10/2023, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31941740&crc=C37769F7.
Código verificador: **31941740** e Código CRC: **C37769F7**.

